

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Dez anos depois, volta a ganhar força a área de desestatização do BNDES	6
Título: Vale confirma interesse nas usinas da Cemig que devem ir a leilão	9

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo deve liberar R\$ 10 bi em despesas ainda este mês	2
Título: Empresa de energia dos Batista tenta acordo para gás	3
Título: Petrobras quer vender empresas de fertilizantes	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petrobras abre processo de venda de duas fábricas de fertilizantes	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Cantareira manda mais água para o interior de SP	5
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Dez anos depois, volta a ganhar força a área de desestatização do BNDES	6

Título: Vale confirma interesse nas usinas da Cemig que devem ir a leilão	9
Título: Âmbar busca gás para reativar usina de Cuiabá	11
Título: Alto teor de impureza afeta resultado da Vale.....	12
Título: Curtas	14
Título: Preço de resina avança com fábricas fechadas nos EUA	15

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck e Bárbara Nascimento

Título: Governo deve liberar R\$ 10 bi em despesas ainda este mês

Descontingenciamento do Orçamento evitaria paralisação de serviços

-Brasília -- Mesmo com o risco de novas frustrações de receita, a equipe econômica estuda liberar cerca de R\$ 10 bilhões em despesas do Orçamento de 2017. Segundo integrantes do governo, essa seria uma forma de aliviar logo os ministérios que estão com pagamentos atrasados e evitar um shutdown (paralisação total da máquina pública). A liberação seria feita no dia em que o governo publicar o novo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o que precisa ser feito até 22 deste mês.

A decisão, contudo, não é consenso. Uma parte da equipe defende que se espere para ver como serão os leilões de quatro **usinas da Cemig**, previstos para o fim do mês e com os quais o governo esperava arrecadar R\$ 11 bilhões. Mas, como as usinas são alvo de briga entre a União e a estatal, os leilões estão suspensos e podem atrasar ou render menos.

"SHUTDOWN" EM DEZEMBRO

Assim, os técnicos discutem se o governo deve liberar agora parte das despesas e fazer um contingenciamento no fim do ano, caso haja frustração de receitas, ou esperar um pouco mais pelo cenário da arrecadação. Quem defende a liberação imediata destaca que o governo não pode manter investimentos paralisados e serviços públicos prejudicados por mais quatro meses. Para esse grupo, se for para fazer um shutdown, que isso ocorra no último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do ano, deixando a paralisação ocorrer apenas em dezembro.

A decisão sobre o descontingenciamento está no topo das prioridades da equipe econômica. Tanto que o governo deve deixar para depois da divulgação do relatório o envio da mensagem modificativa que vai alterar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018 de um déficit primário de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Empresa de energia dos Batista tenta acordo para gás

Âmbar vive disputa com a Petrobras e busca alternativa de fornecimento para termelétrica

-São Paulo e Rio- Em mais um lance da disputa entre a J&F e a Petrobras, a Âmbar Energia, controlada pela família Batista, fez uma chamada pública ao mercado para compra de 2,2 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. O objetivo, segundo uma fonte a par das negociações, é driblar o boicote imposto pela estatal à Âmbar no fornecimento de gás. A Petrobras deixou de vender o combustível para a empresa da J&F, em junho, forçando a paralisação da termelétrica Mário Covas, em Cuiabá, num momento em que o megawatt de energia estava próximo de seu pico no ano.

A Âmbar espera, com um anúncio público, atrair uma trading que compre o gás da Petrobras e lhe forneça, mesmo com ágio. O gás fornecido pela Petrobras vem da Bolívia, de onde começa o gasoduto que alimenta a termelétrica. Segundo a fonte, a Petrobras alega não ter excedente de gás para fornecer à Âmbar.

Em comunicado, em junho, a Petrobras explicou que notificou a Âmbar da extinção antecipada do contrato "devido à violação de cláusula contratual que trata da legislação anticorrupção" A interrupção ocorreu após a revelação da delação de Joesley Batista, um dos controladores da J&F, que envolvia o presidente Temer em denúncias de corrupção.

PRÓXIMA NA FILA PARA VENDA

Além disso, a estatal informou que cobrará uma multa de R\$ 70 milhões pelo descumprimento de cláusulas contratuais, segundo as quais a Âmbar teria garantido não ter pago vantagem indevida a qualquer autoridade pública. No último dia 31 de agosto, a Âmbar conseguiu uma liminar na Justiça determinando que a Petrobras voltasse a lhe fornecer gás, já que tal contrato valeria até o fim do ano. Mas a estatal recorreu e conseguiu derrubá-la.

A decisão foi do juiz Luiz Eduardo de Castro Neves, da 21ª Vara Cível da Capital, do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ). A J&F tem ainda até a próxima sexta-feira para recorrer.

Na decisão, o magistrado explica que "em vista dos esclarecimentos prestados e dos documentos apresentados pela ré (Petrobras), resta comprovado que ausente a urgência apontada pela autora, a Âmbar Energia, já que "decorridos três meses desde a rescisão contratual não houve "apagão" no Mato Grosso ou em algum estado do país, fato que teria sido amplamente noticiado pela mídia. Note-se que, como observado pela ré, neste período do ano há menos chuva e, ainda assim, não ocorreu interrupção na prestação do serviço"

A Âmbar é um dos ativos que a J&F pretende vender depois do acordo de leniência fechado pelos seus controladores e suspenso ontem pela Justiça Federal. O mercado estima que o ativo vale R\$ 900 milhões e a gestora canadense Brookfield fechou acordo de exclusividade para analisar a empresa, que além da termelétrica de Cuiabá, possui linhas de transmissão e um parque eólico.— Com a termelétrica funcionando, a Âmbar ganha mais valor — diz um consultor que prefere não se identificar. (João Sorima Neto e Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras quer vender empresas de fertilizantes

Estatual espera arrecadar US\$ 1 bilhão com fábricas no Paraná e no Mato Grosso do Sul

Depois dos gasodutos, a Petrobras anunciou que quer vender suas unidades de fertilizantes: a Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná, e a Unidade de Fertilizantes-III, em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, que ainda não está concluída. A intenção é vender as duas fábricas em um pacote e arrecadar, de segundo uma fonte, cerca de US\$ 1 bilhão.

Em Araucária, a Petrobras produz amônia e ureia, que servem de matéria-prima para as indústrias química e de fertilizantes, usados no agronegócio. Já a unidade de Três Lagoas, outro projeto polêmico da Petrobras, está com 80,95% das obras concluídas e teve sua construção paralisada em razão dos indícios de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.

Segundo a estatal, o processo "faz parte da estratégia de saída integral da produção de fertilizantes, conforme divulgado no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021"

A companhia já investiu em Três Lagoas cerca de R\$ 3,2 bilhões (aproximadamente US\$ 1 bilhão) — a unidade permitirá ao Brasil se tornar autossuficiente na produção de amônia e ureia, dizem especialistas. (Bruno Rosa)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Petrobras abre processo de venda de duas fábricas de fertilizantes

A Petrobras abriu nesta segunda (11) processo de venda de duas unidades de fertilizantes, uma delas ainda em construção. A operação faz parte do plano de desinvestimentos da companhia, que prevê arrecadar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018.

O pacote anunciado nesta segunda inclui a Araucária Nitrogenados (Ansa), produtora de ureia e amônia localizada no Paraná, e a Unidade de Fertilizantes III (UFN-III), em Três Lagoas (MS), que ainda precisa de investimentos para iniciar as operações.

Em seu plano estratégico, divulgado em 2016, a Petrobras anunciou que não tem mais interesse em operar com fertilizantes - setor que era encarada durante os governos petistas como uma forma de direcionar parte da produção de gás natural da companhia.

A UFN-III foi um dos investimentos aprovados neste sentido. Suas obras foram iniciadas em 2011, mas paralisadas em 2014 após divergências com o consórcio construtor, formado pela Galvão Engenharia e pela chinesa Sinopec.

De acordo com a estatal, o projeto apresenta avanço físico de 80,95%. "Com a transferência do ativo para futuro comprador, as obras para conclusão do investimento poderão ser retomadas", disse a Petrobras, em nota.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: José Maria Tomazela

Título: Cantareira manda mais água para o interior de SP

Por causa da estiagem, o Sistema Cantareira, que abastece grande parte da região metropolitana de São Paulo, está liberando mais água para abastecer as regiões de Campinas, Jundiaí e Piracicaba, no interior paulista. Desde o dia 6, a vazão enviada do Cantareira para as Bacias de Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(PCJ) aumentou de 7 metros cúbicos por segundo para 9,25 m³/s. Os 2,25 metros cúbicos adicionais por segundo compensam em parte a forte redução nas vazões dos rios que abastecem essa região do interior, causada pela falta de chuvas e pelo calor atípico deste fim de inverno.

O aumento na vazão que sai do Cantareira foi autorizado pela câmara técnica de monitoramento hidrológico dos comitês das Bacias PCJ, com base nos limites de segurança fixados pela Agência Nacional de Águas (ANA) para garantir o abastecimento de 32 municípios dessas regiões. Ontem, o Sistema Cantareira tinha nível de 85,57%, considerado excelente.

Em 2014, durante a crise hídrica que levou o Sistema Cantareira à quase exaustão, aconteceu o processo inverso. Para garantir o abastecimento da região metropolitana, foi reduzida a liberação de água para o interior, o que afetou o abastecimento de várias cidades.

Agora, a água a mais já melhorou a situação do Rio Atibaia, responsável pela maior parte do abastecimento de Campinas, que vinha enfrentando quedas sucessivas na vazão. Na tarde de ontem, estava 11,32 metros cúbicos por segundo, praticamente a mesma vazão do dia 6, quando a liberação foi iniciada. O Rio Jaguari, que forma o Piracicaba e abastece cidades como Americana, estava com 5,93 m³/s, mantendo a vazão da semana passada, embora abaixo da média histórica do mês, que é de 12,40 m³/s. Pelas regras da nova outorga do Cantareira, que estão valendo desde junho último, para o período seco que vai até o início de novembro, as Bacias PCJ têm direito a retirar dos reservatórios do sistema até 10 m³/s.

Rio seco. O aumento na liberação de água do Cantareira só não melhorou a situação do Rio Piracicaba, o mais importante da região e que sofre com a estiagem. A vazão, que no dia 6 era de 31,73 m³/s, tinha caído para 21,82 m³/s na tarde de ontem, o valor mais baixo deste ano.

O manancial tinha pouco mais de um terço de sua vazão histórica para setembro, que é de 60,79 m³/s. No trecho em que o rio corta a área urbana de Piracicaba, já surgiram bancos de areia e o leito rochoso está à mostra. A cachoeira, principal atração turística da cidade, agora se resume a alguns fios de água. Em quase toda a extensão da queda, as pedras ficaram visíveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Dez anos depois, volta a ganhar força a área de desestatização do BNDES

A área de desestatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) volta a ganhar força depois de um período de mais de dez anos. Nos governos do PT, a ênfase se concentrou nas concessões de obras públicas, desenvolvidas pelos ministérios com financiamento do BNDES. Também houve foco nas parcerias público-privadas (PPPs), que não deslancharam em âmbito federal.

Antes disso, o BNDES havia tido papel de destaque no ciclo de privatizações de empresas públicas dos anos 90, quando houve venda de ativos do porte da Vale, do sistema Telebrás e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). No governo Temer, a área de desestatização do banco voltou a ganhar posição relevante, embora a estrutura criada no BNDES seja "claramente insuficiente" para fazer frente ao pacote de privatizações lançado mês passado, avaliou a economista Elena Landau, ex-diretora de privatizações do banco de 1994 a 1996.

A área de desestatização do BNDES está envolvida em uma série de iniciativas que incluem a venda de seis distribuidoras da Eletrobras, a privatização da Lotex, um serviço de loteria da Caixa, e a contratação de estudos para Estados na área de saneamento e gás natural. Existe também uma agenda com municípios para a fazer estudos e lançar editais de licitação na área de iluminação pública. Mas os maiores desafios estão por vir. O principal deles é a privatização da Eletrobras, em relação à qual não fica claro qual será o papel do BNDES.

Enquanto não se define como será a venda da Eletrobras, a área de desestatização do banco recebeu mandato do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que coordena as concessões e privatizações, para fazer a modelagem de venda da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

Caberá ao BNDES conduzir a privatização da Codesa em um modelo que pode resultar na venda total da empresa ou na subconcessão do serviço. Há quem considere que a Codesa pode ser o equivalente no setor portuário ao que foi São Gonçalo do Amarante (RN) no setor aeroportuário, o primeiro dos aeroportos a ser privatizado no Brasil.

Nesse segmento, o BNDES também poderá participar da definição do modelo de venda das participações minoritárias da Infraero nos aeroportos privatizados no governo Dilma. A área de desestatização do BNDES também deverá atuar na privatização da Casa da Moeda, como fez no caso da Lotex.

A maior ênfase dada pelo BNDES às concessões e privatizações vem de 2016, no período em que Maria Silvia Bastos Marques ainda estava no banco. Ela se demitiu em maio deste ano depois do envolvimento de Temer nas denúncias da JBS. Mas foi na gestão dela que o BNDES criou a área de desestatização, com

status equivalente ao de superintendência. A estrutura substituiu uma antiga área, de estruturação de projetos, que operou nos últimos dez anos dando apoio a Estados e municípios em modelagens, concessões e PPPs.

No período, o banco atuou fazendo PPPs com Estados e municípios, e fez o estudo de venda do IRB, mas pouco atuou em privatizações. "Foi um período em que saiu muita gente do BNDES e o banco pode ter perdido a embocadura da privatização", disse fonte.

Rodolfo Torres, superintendente da área de desestatização do BNDES, disse que o banco tem "expertise" setorial em diferentes áreas, e destacou que a atuação do banco nas concessões e privatizações se dá em parceria com o PPI, e com os ministérios setoriais. "Nossos mandatos se referem, na maior parte das vezes, à coordenação dos estudos ou ao trabalho de condutor do processo licitatório", disse Torres. Ele afirmou que o banco tem uma experiência acumulada de mais de 30 anos com a alienação de ativos e assessoria para entes públicos, concessões e PPPs.

A área de desestatização do BNDES conta com equipe de 39 pessoas, incluindo três chefes de departamento e oito gerentes. Os departamentos cuidam de diferentes atividades. Um deles está a cargo da desestatização das distribuidoras federais da Eletrobras, trabalho que está em fase de conclusão de estudos este mês; outro departamento cuida do segmento de saneamento e o terceiro responde por alguns setores, incluindo distribuidoras de gás natural e iluminação pública. Torres afirmou que o BNDES funciona como órgão de apoio técnico ao processo de concessão e privatização, embasando decisões políticas.

Para Elena Landau, que foi diretora de privatizações do BNDES nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a área de desestatização do BNDES tem uma estrutura insuficiente para atender o tamanho do pacote lançado pelo governo federal. Na visão dela, a área deveria ganhar status de diretoria. Ela afirmou ainda que falta uma "governança" apropriada ao governo federal para fazer frente ao processo de privatizações anunciado. "Uma agenda como essa merece um destaque de governança diferente, uma estrutura que seja adequada, uma pessoa que respire e cuide de privatização 24 horas por dia, sete dias por semana", disse Elena.

Ela avaliou, por exemplo, que o processo de venda das distribuidoras da Eletrobras está atrasado em três meses, e criticou a modelagem feita pelo banco para as empresas. Segundo Elena, a privatização da Eletrobras poderia ser conduzida pela própria empresa, assim como a Petrobras vem fazendo no processo de venda de seus ativos. "A privatização da Eletrobras não precisa ser conduzida pelo BNDES, se for uma oferta de ações, a Eletrobras pode conduzir o processo com a assessoria de um banco de investimentos", disse Elena.

Torres, o superintendente da área de desestatização do banco, disse que a venda das distribuidoras da Eletrobras envolve ativos complexos e a modelagem exigiu grande coordenação entre os vários atores envolvidos. "O cronograma está sob controle e alinhado com **Ministério de Minas Energia**, PPI e Eletrobras", disse Torres.

Ele reconheceu que o BNDES não tem autonomia nos processos de privatização. "O BNDES não tem poder de política pública de receber mandato [de privatização] e tocar o processo sozinho. É um trabalho feito a várias mãos, com os ministérios e a coordenação do PPI." Ciente de que não consegue dar conta de "tudo", o banco fez parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) para desenvolver projetos de iluminação pública com os municípios.

A ideia é envolver bancos regionais de desenvolvimento, como BRDE e BDMG, em projetos do setor. A parceria pode ser estendida para outras áreas de concessão e PPPs além da iluminação pública. Em agosto, o BNDES anunciou os consórcios que farão a modelagem das PPPs de iluminação pública para Porto Alegre e Teresina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Marcos de Moura e Souza e Rodrigo Polito | Do Rio e Belo Horizonte

Título: Vale confirma interesse nas usinas da Cemig que devem ir a leilão

A Vale está estudando uma possível participação no leilão de concessão das hidrelétricas que pertenciam à Cemig e terão sua concessão relicitada, previsto para 27 de setembro. A mineradora tem interesse em três das quatro usinas que serão ofertadas: Jaguará, Miranda e São Simão.

"A Vale tem como um de seus pilares estratégicos a redução sustentável de custos e, como parte disto, a autossuficiência energética. Sendo assim, uma das alternativas para atingirmos esse objetivo poderia ser o leilão das hidrelétricas Jaguará, Miranda e São Simão, que, portanto, está sendo estudado, porém, ainda sem qualquer decisão", informou em nota ao **Valor**.

O veículo a ser usado no negócio, caso a mineradora decida avançar, será a Aliança Geração de Energia, parceria entre a Vale (55%) e a própria Cemig (45%), segundo apurou o **Valor**. Os acionistas da Vale já discutiram o assunto, mas nenhuma decisão foi tomada ainda. Segundo informação obtida, o tema não é consensual entre os acionistas. A Vale está focada em reduzir seu endividamento e, na visão de alguns acionistas, precisa focar no seu negócio principal.

A próxima reunião do conselho da Vale é no dia 28 de setembro, um dia após a data prevista para o leilão. Existe, portanto, possibilidade, se necessário, de que o conselho faça uma reunião extra antes do dia 27 para discutir o assunto.

A Vale informou que tem participação direta e indireta, por meio da Aliança em nove hidrelétricas e quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Brasil. Por meio da Aliança Norte Energia, detém ainda parcela indireta de 4,6% na Norte Energia, que é responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A Aliança tem potência instalada de 1.158 megawatts (MW).

Na última sexta-feira, o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, antecipou que uma das possibilidades em estudo pela Cemig seria uma parceria com a Vale. Na ocasião, o presidente do conselho de estatal mineira e secretário de Fazenda de Minas Gerais, José Afonso Bicalho, explicou que a ideia era contar com o apoio da Vale para fechar um acordo com o governo federal e obter a concessão das três usinas sem ter de enfrentar um leilão.

Veículo de participação no negócio deverá ser a Aliança Geração de Energia, joint venture entre a Vale e a Cemig

Para chegar a um acordo, porém, a União não abre mão do pagamento de R\$ 11 bilhões, valor mínimo que o vencedor do leilão teria de pagar em bônus pela aquisição das usinas e que contribuiria para a meta fiscal. "Estamos trabalhando para fazer esse pagamento para que o leilão das usinas não ocorra", afirmou Bicalho ao **Valor**.

Na última semana, Nelson Hubner, outro integrante do conselho de administração da Cemig, contou que, caso as negociações com o governo não prosperem a tempo, a companhia pretende entrar no leilão com um futuro sócio, que poderá ser a Vale. "A Vale é um parceiro. É sócia da Cemig na Aliança e tem todo interesse porque, para ela [Vale], a energia hídrica, além de ser mais barata, ela, como autoprodutora, tem outros ganhos secundários", disse o executivo, durante evento em Belo Horizonte.

Hubner contou que, além da Vale, a companhia pode fechar parceria com empresas internacionais, entre elas a francesa EDF, a italiana Enel e a canadense Hydro-Québec, com quem a elétrica mineira já possui negócios. Recentemente, o presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli, contou que a companhia olha todas as oportunidades de negócios no Brasil, mas que não comenta caso específicos.

Segundo o secretário-executivo do **Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, quatro grupos nacionais e estrangeiros já manifestaram interesse nas usinas da Cemig previstas para irem a leilão. Os principais nomes cogitados são os da chinesa State Power Investment Corporation (SPIC), a franco-belga Engie e

a espanhola Iberdrola. Há duas semanas, o presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, afirmou que há interesse nas usinas previstas para ir a leilão.

Quatro grupos nacionais e estrangeiros disseram ter interesse no leilão das quatro hidrelétricas, de acordo com o MME

Além de Jaguará, Miranda e São Simão, a usina de Volta Grande (380 MW) também teve o contrato de concessão encerrado. É a única que a Cemig admite não ter direito a uma renovação automática da concessão. Com relação às outras três, a estatal mineira entende que elas não deveriam ser relicitadas. O assunto, porém, ainda está no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em paralelo, União e Cemig vinham negociando um possível acordo que contemplasse, ao mesmo tempo, o pagamento do bônus e a manutenção da concessão das usinas. Na última semana, porém, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão da negociação, por entender que a medida afeta a competitividade.

Outro risco é uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que suspendeu o leilão por entender que o valor de R\$ 11 bilhões estaria muito abaixo do que as usinas valem de fato.

Segundo Renato Kloss, sócio do setor regulatório e de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados, os investidores certamente vão incorporar o risco jurídico no valor de suas propostas no leilão. "Mas não é um risco que afasta o investidor", explicou ele, para quem o negócio está aquecido e atrativo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Ivo Ribeiro | De São Paulo e do Rio

Título: Âmbar busca gás para reativar usina de Cuiabá

Há três meses sem gás para operar sua termelétrica em Cuiabá (MT), desde que a Petrobras interrompeu o fornecimento do combustível à companhia, a Âmbar Energia, da J&F Investimentos, abriu chamada pública para comprar até 2,2 milhões de metros cúbicos ao dia de gás natural no mercado. O objetivo é retomar nos próximos meses a usina, para aproveitar os altos preços da energia no mercado de curto prazo.

A Petrobras possuía um acordo comercial para fornecimento à térmica de abril a dezembro deste ano. Mas a estatal rescindiu o contrato em junho, após virem à tona as gravações em que o empresário Joesley Batista, um dos donos da J&F, pedia ao ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures para que o presidente

Michel Temer intercedesse em favor da Âmbar em processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) envolvendo a geradora e a petroleira.

De acordo com as regras da chamada pública, o contrato é de curto prazo, válido apenas de 1º de outubro a 31 de dezembro deste ano. Segundo uma fonte a par do assunto, a Âmbar tenta viabilizar a retomada do fornecimento por meio de um contrato com uma comercializadora, que compraria o gás da própria Petrobras ou dos bolivianos, por exemplo, para em seguida fazer revenda a à termelétrica.

As opções de mercado para a Âmbar são restritas. Como a térmica é abastecida apenas por um gasoduto ligado à Bolívia e não está conectada à malha nacional, o gás necessariamente teria de vir do país vizinho. Qualquer solução, portanto, teria de envolver ou os bolivianos, historicamente avessos à negociação com a iniciativa privada; ou a Petrobras, detentora do contrato de importação de gás da Bolívia e com quem a Âmbar possui um relacionamento litigioso.

"A Âmbar está apostando, fazendo o que pode, para retomar a operação de Cuiabá, porque está deixando de aproveitar uma ótima oportunidade de mercado com a alta dos preços da energia de curto prazo. Como os preços estão altos, ela talvez consiga fazer pagar mais pelo gás. Uma saída [à Petrobras] poderia ser negociar diretamente com a YPFB [estatal boliviana]. Não é impossível, mas é pouco provável que a Âmbar consiga chegar a um acordo com os bolivianos. Eles possuem uma relação histórica com a Petrobras e o fato de a Âmbar estar em conflito com a estatal brasileira pode pesar", disse uma fonte consultada pelo **Valor**.

Ainda segundo ela, mesmo que a Âmbar opte por importar gás natural liquefeito (GNL), a companhia teria que chegar a um entendimento com a Petrobras, para receber as cargas importadas nos terminais de regaseificação da estatal. A empresa do grupo J&F, nesse caso, teria de negociar ainda um "swap" (troca operacional), para entrega do volume equivalente importado em Cuiabá.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Alto teor de impureza afeta resultado da Vale

A estratégia da Vale de substituir o minério de ferro que oferta ao mercado internacional por um novo, de maior qualidade, é a saída da companhia para restringir ao máximo os danos que a rejeição às impurezas da commodity pode causar aos resultados da mineradora.

O desconto dado a produtos com teor mais elevado de sílica, principalmente, está próximo das máximas históricas. A Vale, entretanto, quer começar a contornar essa questão já a partir deste segundo semestre, com o fechamento de minas cuja produção contém menor pureza.

Apesar da disparada da matéria-prima na China e do prêmio que os clientes estão dispostos a pagar para levar produtos de concentração mais elevada, cerca de US\$ 900 milhões podem estar sendo perdidos, em bases anualizadas, por conta da maior presença de sílica, especialmente no minério dos sistemas Sul e Sudeste da Vale. Esse é o cálculo do Citi, segundo relatório divulgado durante o feriado.

Pelas contas do banco, o adicional que o mercado paga pelo produto específico da companhia de Carajás (PA) pode render cifra anual de US\$ 2,1 bilhões acima do que já foi apresentado no primeiro semestre. Isso porque a commodity com teor de ferro de 65% já se encontra ao menos US\$ 20 por tonelada mais cara do que a de 62%, referência do mercado transoceânico. O minério extraído no Pará tem concentração de até 66% de ferro, o que pode levar a prêmio de até US\$ 30.

Mas na ponta oposta, das impurezas, a Vale tem um problema. Não sendo equacionado, pode levar à perda dos US\$ 900 milhões mencionados, ou quase 40% do potencial de ganho com o material de melhor qualidade. O desconto do mercado sobre a sílica no minério é de US\$ 3 a tonelada para cada ponto percentual após teor de 4,5%. Acima de 6%, o montante sobe para US\$ 6.

"A atenção de investidores está focada na forte elevação de prêmio do minério de ferro nas semanas recentes", afirma o analista Alexander Hacking, responsável pelo relatório. "Entretanto, poucos notaram os altos descontos históricos para o conteúdo de sílica. Os descontos para a alta concentração de sílica são negativos para as mineradoras brasileiras, incluindo a Vale."

A estratégia da companhia inclui o corte de 19 milhões de toneladas anuais na produção de minas dos sistemas Sul e Sudeste. Esses ativos são os que geram o minério com maior concentração de sílica. Paulatinamente, esse volume será substituído pelo do S11D, em Carajás - um dos minérios mais puros do mundo.

Na primeira teleconferência de resultados que participou, do segundo trimestre, o novo presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, disse que essa questão já está sendo resolvida e já no terceiro trimestre será possível sentir melhora no preço de venda. "[Devemos] muito provavelmente produzir um trimestre bastante melhor do que o segundo trimestre", disse a investidores e analistas.

Além disso, a Vale informa que a mistura que realiza na Malásia e na China, do insumo que produz com outros de diferentes origens, foi padronizada e o teor de sílica não mais passa dos 5%. Mesmo com esse teto, o índice se enquadra na primeira faixa de descontos à impureza, mencionada pelo Citi no relatório.

Em 2017, cerca de 70 milhões de toneladas farão parte dessa mistura de minério na Ásia. No ano que vem, a companhia pretende misturar até 100 milhões de toneladas. Nessa mistura, dois terços do minério de ferro vêm de Carajás. O restante é proveniente de Minas Gerais.

O minério de ferro com concentração média de 62% de ferro ficou praticamente estável no mercado à vista chinês ontem, apenas com leve alta de 0,2% em Qingdao, para US\$ 74,49 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Por sua vez, a commodity com teor de 65% fechou próxima a US\$ 96 - prêmio de US\$ 22.

De acordo com Serafino Capoferri, analista do banco de investimentos Macquarie, a necessidade das usinas siderúrgicas de procurar soluções para os altos custos de produção do aço levou à penalização dos minérios com menor qualidade - principalmente depois que o carvão disparou. Os esforços da China em conter a poluição também contribuem para essa busca por matérias-primas mais eficientes.

"Entre as maiores mineradoras, a Vale ainda vende no mercado o melhor produto, em média, muito por conta do teor de ferro maior", explica Capoferri. "Em segundo lugar, vem a Rio Tinto, e em terceiro, a BHP Billiton. Além disso, a ocorrência de sílica no minério da Vale é maior do que nas outras, mas ela ganha quanto a outras impurezas, como alumina e fósforo."

Wen Li, analista que acompanha o setor pela casa de análise de dívida CreditSights, cita o "copo meio cheio". Para ele, o adicional pago pelos clientes pelo conteúdo de ferro compensa tanto que não há problema no desconto em relação ao teor de sílica.

"Eu não vejo essa questão como um ponto de preocupação, mesmo porque ela já anunciou esse ajuste de oferta de menor qualidade", afirma Li.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Neoenergia muda

Os acionistas da Neoenergia aprovaram, em assembleia geral extraordinária, a eleição de Ignacio Sánchez Galán para ocupar o cargo de presidente do conselho de administração. Galán é presidente da espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia. Galán vai substituir Mario José Ruiz-Tagle Larrain, eleito na sexta-feira novo diretor presidente da Neoenergia. O ex-presidente da companhia, Marcio Henrique Fernandes, renunciou à posição, do qual foi eleito em 24 de agosto e teria mandato de três anos.

Antidumping no aço

Associações de vários setores industriais pedem audiência ao presidente Michel Temer para evitar que o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) autorize uma tarifa antidumping contra o aço oriundo da China e da Rússia. Elas alegam que a concorrência com produtos estrangeiros na siderurgia está baixa e isso só abriria espaço para que as siderúrgicas elevassem mais os preços. A reunião foi sediada na Abimaq, do setor Máquinas e Equipamentos, que é a porta-voz da coalizão. "Seria uma medida protecionista em hora errada, e que mais uma vez reforça a posição do Brasil como um país de matéria-prima, não de manufaturado", diz José Velloso, executivo da Abimaq.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Preço de resina avança com fábricas fechadas nos EUA

Os preços das principais resinas termoplásticas subiram até 10% na última semana na América Latina, na esteira do fechamento de uma série de fábricas e centrais petroquímicas da costa do Golfo americano, após a passagem do furacão Harvey no fim do mês passado. As cotações do "US Gulf" (FOB Houston) são referência para os preços praticados nos mercados latino-americano e brasileiro, que já refletem o novo nível das cotações.

Praticamente todos os grandes produtores de resina instalados naquela região enfrentaram algum tipo de problema. Braskem e Dow seguem com uma unidade paralisada cada, enquanto Chevron, Mexichem e Invista declararam força maior, por meio da qual determinados contratos de entrega podem ser descumpridos. ExxonMobil, Ineos e DuPont também suspenderam as atividades em certas unidades, mas já iniciaram a retomada das operações.

Os aumentos anunciados para o polietileno (PE) e o polipropileno (PP) variaram entre 5% e 10%, segundo levantamento da MaxiQuim Assessoria de Mercado. Em outras resinas, como poliestireno (PS), um produtor chegou a anunciar

reajuste de 15%, aproveitando o baixo nível dos estoques nos distribuidores e firmas de trading.

Em polietileno, a Braskem, maior produtora de resinas das Américas, e a Dow Chemical teriam informado alta de US\$ 100 a US\$ 200 por tonelada, ou algo entre 5% e 6%, sobre o preço de R\$ 5 mil por tonelada considerando-se a variedade (grau) mais barata.

A mexicana Pemex, por sua vez, aumentou na semana passada em 6,8% o preço do polietileno de baixa densidade e em 7% o de alta densidade e o de baixa densidade linear, segundo consultorias internacionais especializadas na indústria petroquímica.

De acordo com Otávio Carvalho, sócio da MaxiQuim, o ambiente favorável a reajustes deve se manter nas próximas semanas, por causa de uma combinação de fatores. Além da escassez de oferta provocada pelo fechamento de fábricas com a passagem do furacão no fim de agosto, os preços já vinham em tendência de alta desde o piso alcançado em junho e, a partir de setembro, a sazonalidade é positiva para as resinas termoplásticas.

"A recuperação já ia ocorrer, mas aconteceu de forma acelerada por causa do furacão", explica Carvalho. "As fábricas não foram danificadas, mas a infraestrutura sim. E levará algumas semanas para que a situação seja normalizada."

Durante a passagem do Harvey por Houston, 60% da capacidade de produção de eteno dos Estados Unidos foi fechada. O eteno é matéria-prima para produção de polietileno - cuja capacidade de produção foi reduzida em um terço no mesmo período.

Segundo publicação da consultoria britânica IHS Markit, até sexta-feira, entre 40% e 50% da capacidade de produção química que foi afetada ainda estava fechada no Golfo americano e um "elevado percentual" em poliolefinas seguia paralisado. A expectativa era que ao menos metade da capacidade produtiva atingida fosse retomada ao longo do fim de semana.

Uma das três fábricas de polipropileno (PP) da Braskem no Texas segue paralisada após a passagem do furacão. A unidade de Seadrift, com capacidade de produção de 225 mil toneladas, não foi danificada pela passagem do furacão, mas parte da infraestrutura que a atende foi atingida. Diante disso, a unidade está paralisada há mais de uma semana.

A maior fábrica da Braskem no Texas fica em La Porte e a operação, de 350 mil toneladas anuais de PP, não foi afetada. Já em Oyster Creek, que pode produzir 336 mil toneladas por ano da resina, houve fechamento preventivo temporário,

mas as atividades já foram retomadas plenamente. A Braskem tem outras duas unidades nos Estados Unidos, na Pensilvânia e West Virgínia, que não foram afetadas.

Para compensar a redução da produção naquela região, a Braskem ampliou as exportações de PP do Brasil para o mercado americano. A petroquímica também tem direcionado um volume maior de polietileno produzido no México para os Estados Unidos, beneficiando-se da escassez de oferta da resina, por causa do fechamento de fábricas de outros produtores.

A Braskem confirmou que, embora a unidade de Seadrift esteja pronta para voltar a operar, a retomada depende de serviços de terceiros que seguem suspensos.

MME / ASCOM .